



RELATÓRIO DIAGNÓSTICOS PARTICIPATIVOS 2023



© ACNUR / Divulgação

acnur.org.br



**UNHCR
ACNUR**
Agência da ONU para Refugiados

Sumário

Introdução	3
Metodologia	4
TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS EM 2023	6
Apoio econômico e assistência social	7
Moradia, Água, Saneamento e Higiene (WASH)	8
Acesso a emprego e renda	9
Educação	10
Unidade familiar	11
Saúde	12
ANÁLISE DE IDADE, GÊNERO E DIVERSIDADE	13
Jovens: integração, bullying e saúde mental	13
Mulheres e meninas: desigualdade de gênero	14
População indígena: desafios de integração no acesso à moradia	15
Idosos: inserção no mercado de trabalho, discriminação e saúde mental	16
Pessoas LGBTQIA+: discriminação, barreira linguística, exploração sexual e laboral	17
Pessoas com deficiência: tratamento de saúde e estratégias de integração	18
ANÁLISE POR NACIONALIDADE	19
Haitianos	19
Afegãos	20
Colombianos, Cubanos e Venezuelanos	21
Conclusão	22



Introdução

O Brasil acolheu, até junho de 2023, mais de 710 mil refugiados e outras pessoas que necessitam de proteção internacional. A maioria dos refugiados vem da Venezuela, através do estado de Roraima, no norte do país, enquanto outros chegaram principalmente por meio de vistos humanitários de países como Afeganistão, Haiti, Síria e Ucrânia, com uma parcela significativa entrando pelo aeroporto internacional de Guarulhos (GRU), no estado de São Paulo.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) trabalha em estreita coordenação com as autoridades públicas, organizações da sociedade civil, setor privado, academia e atores do desenvolvimento para possibilitar o acesso a direitos básicos e condições favoráveis para a inclusão socioeconômica de refugiados, oferecendo proteção a refugiados e outros em necessidade de proteção internacional em todo o país. Nesse contexto, o ACNUR está apoiando o Estado no desenvolvimento de políticas nacionais e locais abrangentes para receber, proteger e integrar refugiados e outras pessoas em necessidade de proteção internacional.¹

Além disso, o ACNUR trabalha para fortalecer a participação dos refugiados em espaços de tomada de decisão em conjunto com parceiros e outros atores relevantes, consulta regularmente pessoas com necessidades de proteção internacional para entender os riscos e os desafios enfrentados por esta população no Brasil, bem como os recursos que possuem para encontrar soluções frente a estes.

O Diagnóstico Participativo é um processo de consulta que o ACNUR realiza cada ano para informar o planejamento de seus programas e intervenções. Ele é um dos componentes da estratégia de proteção comunitária do ACNUR, alinhado com a política de *Idade, Gênero e Diversidade (AGD)*², que considera que todos os segmentos da população que servimos devem ter acesso equitativo e não discriminatório a programas de proteção, assistência e soluções, e ter voz nas decisões que afetam suas vidas. Também está relacionado à prática de *Responsabilidade perante as populações afetadas (AAP)*³, que consiste no compromisso da inclusão intencional e sistemática das necessidades expressas, preocupações, capacidades e pontos de vista de pessoas com necessidade de proteção internacional nas intervenções e programas do ACNUR.

Este relatório apresenta os principais resultados das consultas realizadas no agosto de 2023 com 218 pessoas com necessidades de proteção internacional no Brasil, descrevendo os principais desafios enfrentados, bem como as soluções sugeridas, por parte das comunidades refugiadas nos seis eixos temático que estas identificaram como prioritários: i) apoio econômico e assistência social; ii) moradia, água, saneamento e higiene (WASH); iii) acesso a emprego e renda; iv) educação; v) unidade familiar; vi) saúde. Na sequência, o documento resgata as experiências das pessoas refugiadas com base a sua idade, gênero e diversidade, destacando os seguintes grupos: i) jovens; ii) mulheres e meninas; iii) população indígenas; iv) idosos; v)

1. ACNUR Brasil – Relatório Nacional - 1º Semestre de 2023: <https://bit.ly/3Q768qE>

2. A política do ACNUR de Idade, Gênero e Diversidade foi publicada em 2018, chamada UNHCR Age, Gender and Diversity Policy, disponível em: <https://www.unhcr.org/media/policy-age-gender-and-diversity-accountability-2018>

3. A política de Responsabilidade perante as populações afetadas, chamada em inglês de Accountability to Affected Population (AAP), faz parte da abordagem de Idade, Gênero e Diversidade, e pode ser encontrada no Guia Operacional publicado pelo ACNUR em 2020: <https://www.unhcr.org/media/unhcr-aap-operational-guidance>



peças LGBTQIA+; vi) pessoas com deficiência. Por último, o relatório apresenta os relatos de pessoas refugiadas de distintas nacionalidades: i) Haitianos; ii) Afegãos; iii) Colombianos, Cubanos e Venezuelanos.

Diagnóstico com a população venezuelana

© ACNUR / Divulgação

Metodologia

Em termos de metodologia para realização do diagnóstico participativo, primeiramente realizou-se uma revisão das informações existentes sobre as lacunas de proteção e integração enfrentadas por pessoas forçadas a se deslocar de diferentes nacionalidades. Em seguida, foi conduzido um mapeamento das populações refugiadas para definir quais comunidades e indivíduos participariam do processo de consulta. Os grupos foram, assim, divididos de acordo com uma abordagem de idade, gênero, e diversidade, a fim de obter uma amostra diversa, levando-se em consideração, também, nacionalidade, aspectos socioeconômicos, além do tipo e locais de moradia.

Após o mapeamento, decidiu-se pela realização de grupos focais de discussão como ferramenta de escuta às comunidades. Para cada grupo, formado em média por 6-10 pessoas, foram apresentadas 12 temáticas para discussão, na qual deveriam selecionar até quatro assuntos a serem discutidos de forma prioritária, com o apoio de perguntas conduzidas por mediadores do ACNUR ou de organizações parceiras. Também foi aplicado um questionário utilizando a ferramenta Kobo para capturar dados quantitativos sobre os perfis dos participantes.

Estado	Participantes	%	Região	Participantes	%	Grupos
Roraima	84	38,5%	Norte	142	65,1%	19 grupos focais
Amazonas	46	21,1%				
Pará	12	5,5%				
Goiás	22	10,1%	Centro Oeste	36	16,5%	5 grupos focais
Distrito Federal	14	6,4%				
Rio de Janeiro	21	9,6%	Sudeste	40	18,3%	5 grupos focais
São Paulo	19	8,7%				
Total	218	100%		218	100%	29

29 grupos de discussão

15 cidades

218 participantes



Idade e gênero

Crianças e adolescentes até 17 anos

Mulheres de 18 a 59 e idosas (acima de 60 anos)

Homens de 18 a 59 e idosos (acima de 60 anos)

Diversidade: Pessoas indígenas, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência

Nacionalidades

54% Venezuela

5,5% Colômbia

21% Haiti

3,5% Cuba

9% Afeganistão

1,4% Síria

Tipo de moradia

44,5% Aluguel em meio urbano

40% Abrigos

9% Meio rural

6% Ocupações no meio urbano

0,5% Pessoas em situação de rua

Etnias

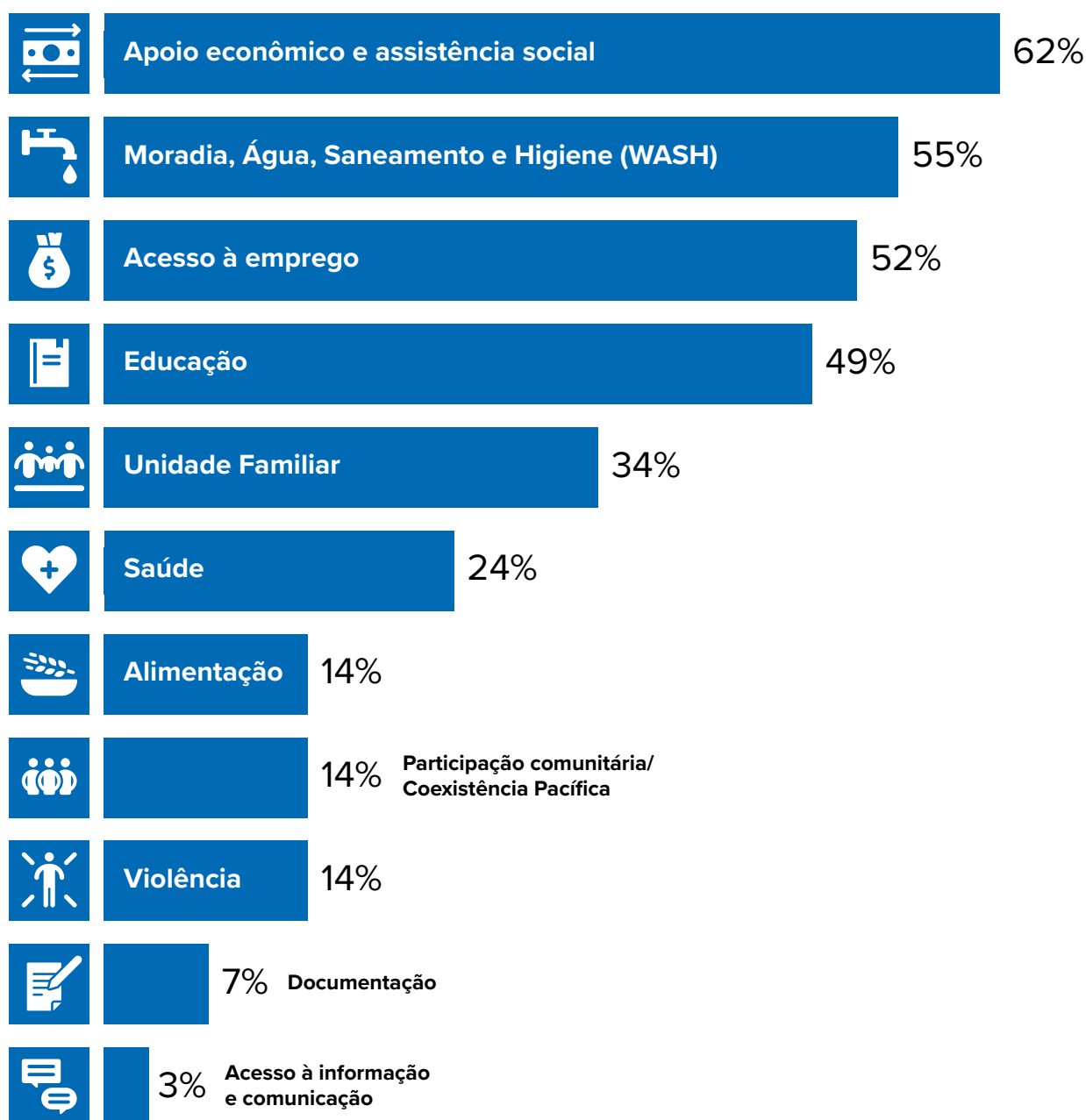
40% dos participantes declararam pertencer a alguma etnia (**86 participantes**):

61% indígenas Venezuelanos (Warao, Tikuna, Kariña, Wayuu)

39% de etnias afegãs (Tajique, Pashtu, Hazara, Arab e Persa).

Temáticas prioritárias em 2023

Entre as temáticas prioritárias selecionadas pelos grupos em 2023 destacam-se, no geral:



A seguir, apresentamos os principais desafios e soluções propostas para as temáticas discutidas pelos grupos focais.



APOIO ECONÔMICO E ASSISTÊNCIA SOCIAL



Principais desafios relatados

1. Casos de xenofobia por funcionários públicos da rede.
2. Barreira linguística, com destaque para as comunidades afegãs e haitianas.
3. Falta de informações sobre programas, processos e requisitos de acesso a benefícios sociais (ex. Benefício de Prestação Continua – BPC, Aluguel Social).
4. Inexistência de linhas de transporte público ou dificuldade de acesso.
5. Dificuldade na abertura de contas bancárias.
6. Falta de conectividade para acesso do sistema online.
7. Dificuldade de acessar programas de crédito e empreendedorismo.
8. Dificuldade de integração de idosos.
9. Assistência recebida insuficiente para manutenção do grupo familiar.
10. Demora nos agendamentos, centros superlotados, atrasos no atendimento, longo período de espera entre o processo de cadastro e o recebimento do benefício.
11. Falta de acesso a programas de saúde mental

Vivo aqui há 7 anos, mas buscava informação e ninguém sabia informar

Mulher, idosa, cubana

Fica claro que dão prioridade para os brasileiros. Se for estrangeiro criam muitas dificuldades e barreiras, solicitam mais documentos do que é exigido e por isso às vezes desistimos

Homem, adulto, colombiano

Já tive um benefício interrompido e nunca soube o motivo

Mulher, adulta, haitiana

Uma pessoa informou que realizou o cadastro em 2019, mas não obteve atualizações, foi ao CRAS, mas não souberam orientá-lo

Homem, adulto, haitiano



Soluções propostas pela comunidade

1. Acesso à informação – clara e inteligível às populações refugiadas - sobre os benefícios, como acessá-los, funcionamento dos serviços, verificação de aprovação ou não do benefício, de preferência por meio de sessões informativas e divulgação nas redes sociais.
2. Sensibilização e treinamento para funcionários públicos sobre atendimento à população refugiada.
3. Advocacy por flexibilidade burocrática, processamento mais rápido de registros e ampliação dos critérios de elegibilidade.
4. Mediadores linguísticos nos centros de serviços públicos sociais.
5. Mobilização comunitária e treinamento de representantes da comunidade para disseminação de informações.
6. Apoio ao registro de microempreendedores individuais.
7. Construção de novos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em áreas com superlotação e implementação de CRAS móvel para casos em situação de extrema vulnerabilidade.
8. Mutirão para cadastro nos benefícios socioassistenciais.
9. Disponibilização de vagas em creches para crianças refugiadas.
10. Atividades voltadas às especificidades dos grupos de idosos e pessoas com deficiência (PCDs).



MORADIA, ÁGUA, SANEAMENTO E HIGIENE (WASH)

Principais desafios relatados

1. Dificuldade para pagar o aluguel e contas de casa (água, luz).
2. Condições precárias das moradias e falta de recursos para melhorar as estruturas de habitação.
3. Ausência de energia elétrica ou precário abastecimento elétrico.
4. Insegurança nos bairros.
5. Falta de recursos para adquirir itens de higiene e limpeza.
6. Limitação de acesso a água potável e falta de coleta de lixo.
7. Outros problemas de saneamento básico, como escoamento de água, resultando em empoçamento de água com risco de proliferação de vetores.
8. Falta de pavimentação pública, exacerbando dificuldades de mobilidade para pessoas com deficiência e idosos.

Não temos água acessível aqui. O único poço que temos pertence à escola da comunidade. Quem precisa de água, tem que pedir favor para pegar seus baldes e vir diariamente aqui retirar a água que irá usar

Homem, adulto, colombiano

A rotina no abrigo é muito difícil principalmente para pessoas autistas. Os enormes ruídos e a convivência com muitas pessoas distintas geram uma alta carga de estresse

Homem, adulto, venezuelano

Não temos uma entrada decente e por isso o caminhão de lixo não chega até aqui. Precisamos andar até Letícia para jogar o lixo. Além disso, não existe um ponto de coleta seletiva para separar vidro, papel, metal...

Homem, adulto, colombiano



Soluções propostas pela comunidade

1. Aprimorar as políticas públicas de acesso à moradia e ao emprego formal.
2. Apoio financeiro para itens essenciais como alimentos e produtos de higiene.
3. Melhorar a cobertura do saneamento básico e de rede elétrica.
4. Melhorar a educação financeira para garantir uma gestão de recursos mais eficiente.
5. Conscientização da comunidade sobre higiene e limpeza.
6. Asfaltamento de vias e construção de ciclovia.
7. Criação de poços artesanais comunitários ou disponibilização de caminhões pipas em caso de desabastecimento de água.





ACESSO A EMPREGO E RENDA

Principais desafios relatados

1. Alta incidência de trabalho informal e subemprego.
2. Exploração laboral e condições de trabalho inadequadas por falta de conhecimento sobre os direitos laborais e mecanismos de reclamação.
3. Falta de oportunidade para perfis diferentes.
4. Desafios de inserção laboral nas áreas de formação do país de origem por conta das dificuldades no processo de revalidação de diplomas e reconhecimento de certificados de cursos técnicos.
5. Acesso limitado a cursos e treinamentos.
6. Dificuldade de acesso ao sistema bancário, como abertura de contas e acesso a crédito.
7. Dificuldade para os empreendedores acessarem programas de incentivo, formalização e microcrédito.
8. Arrecadação de dinheiro na rua por falta de oportunidades alternativas, que expõe as pessoas a incidentes de exploração e abuso.

Gostaria de trabalhar como professor de francês ou de matemática"-- "no Brasil as pessoas pensam que quem vem de fora tem que trabalhar na mão

Homem, adulto, haitiano

Onde eu trabalho entramos 8 venezuelanas e só sobrou eu. Nos colocam muita coisa. No contrato está empacotadora, mas me botaram de caixa. Se no contrato te dizem uma coisa por que te colocam em outra coisa que não foi acordada?"

Mulher, adulta, venezuelana

Em 7 anos, meu esposo nunca conseguiu um trabalho formal, apesar de ter sido professor universitário, e trabalha como Uber

Mulher, adulta, haitiana

O fato de não sabermos como conseguir um crédito no Brasil para iniciar os nossos empreendimentos faz com que precisemos emprestar dinheiro de agiotas, o que é perigoso

Mulher, adulta, haitiana

Meu esposo passou o mesmo, o contrataram e o pagam como ajudante, mas ele faz trabalho de pedreiro. Tem carteira assinada, mas não pagam o transporte... Se fosse um brasileiro não fariam isso.

Mulher, adulta, venezuelana



Soluções propostas pela comunidade

1. Disseminar informações sobre oportunidades de emprego formal.
2. Aumentar a conscientização dos refugiados sobre os direitos trabalhistas.
3. Sensibilizar o setor privado e agências de recrutamento para oferecer posições específicas para refugiados.
4. Compensação fiscal para empresas que contratam de refugiados.
5. Apoio ao cadastro de microempreendedores e acesso à crédito para empreendimentos.



 **Principais desafios relatados****ENTRE CRIANÇAS E JOVENS**

1. Falta de vagas no ensino básico por superlotação nas escolas.
2. Barreiras linguísticas e falta de adequação dos currículos escolares para o acolhimento de crianças refugiadas.
3. Risco no deslocamento às escolas, pela falta de acesso ao transporte e passe gratuito, causado tanto por episódios de xenofobia por parte de atendentes, quanto pela falta de letramento digital dos pais para fazer o registro online dos filhos.
4. Falta de recursos para aquisição do material escolar.
5. Falta de priorização da educação por parte dos pais ao chegar ao Brasil.
6. Evasão escolar, também vinculada à violências dentro das escolas, incluindo ameaças, assédio sexual, uso de drogas, interferência de grupos armados e gangues urbanas.

ENTRE ADULTOS

1. Dificuldade de acesso a cursos de português, por conta de conflito com horário de trabalho, ou por falta de oferta de cursos.
2. Cursos de português ofertados são muito teóricos e pouco vinculados a realidade do dia a dia dos refugiados.
3. Falta de cursos de Português intermediários e avançados.
4. Falta de informação sobre acesso ao ensino superior e bolsas de estudo no Brasil.
5. Dificuldade na revalidação de diplomas e do ensino superior e de certificados de cursos técnicos seja pela falta de informação, burocracia e demora dos processos, além do alto custo relacionado.

Alguns alunos deixam de ir pra escola por não terem uniforme

Menina, venezuelana, indígena

Sou a única venezuelana na minha sala, não entendo o que a professora fala porque fala muito rápido

Menina, venezuelana

No terminal [de ônibus] tem uma moça [do SINETTRAN] que é racista e nunca quer atender a gente

Menina, haitiana

Tem muita bagunça (...) Briga quase todo dia (...) Uso de drogas na escola

Menino, haitiano

 **Soluções propostas pela comunidade**

1. Melhor preparação das escolas para receber refugiados.
2. Garantia do acesso dos estudantes ao transporte escolar por meio de advocacy.
3. Escolas interculturais, com a contratação de professores e profissionais para apoio didático e linguístico.
4. Formação continuada da gestão escolar e do corpo docente para o combate ao racismo e xenofobia.
5. Melhoras na gestão escolar para combater episódios de violência.
6. Implementar programas de integração escolar e combate ao bullying.
7. Desenvolver atividades sobre diversidade cultural nas escolas.
8. Curso de português para adultos com horários alternativos e opções pelo celular.
9. Disponibilização às pessoas refugiadas de aplicativos e cursos de Português on-line.
10. Acesso à informação sobre curso superior no Brasil.
11. Acesso à revalidação de diplomas.



UNIDADE FAMILIAR



Principais desafios relatados

1. Falta de acesso à informação sobre os procedimentos de reunificação familiar, além de diretrizes pouco claras.
2. Processos de solicitação de vistos para familiares complexos e demorados, com risco de deportação para pessoas solicitantes em terceiros países (como afegãos no Irã).
3. Dificuldade em agendar vistos e fechamento de embaixadas.
4. Limite nos graus de parentesco para os processos de reunificação familiar.
5. Altos custos de viagem e falta de recursos para a compra de passagens.
6. Viagens irregulares como estratégia para reduzir gastos de traslado, que expõem os familiares a diversos tipos de violência e riscos no caminho.

Durante a COVID, tentei trazer minha família. Busquei em todas as partes, mas ninguém sabia me informar. Até hoje, não sei aonde ir, com quem falar, o que fazer

Homem, Cubano

Estão passando por selva. Estão morrendo. Morrendo por animais, por assassinato, desidratação. Muitas pessoas são enganadas, agredidas, violadas. Violam crianças. Quer pior que isso? Mas muitos preferem correr risco de morte do que permanecer em Cuba

Homem, cubano

Com a morte de muitos familiares, seus filhos, netos e sobrinhos ficaram sozinhos no Haiti, o sistema não dá a possibilidade de trazer eles

Mulher, haitiana

Muitas vezes, por causa do desespero de não conseguir entrar no Brasil, muitas pessoas fretam voos e caem em golpes durante o trajeto, perdendo o seu dinheiro

Mulher, haitiana

Afegãos têm que esperar por um longo período de forma incerta (...) eles esperam no escuro; Deveriam ter 2 ou 3 funcionários dedicados a reunião familiar - porque é o mesmo departamento que processa todas as questões de refugiados e tem muito trabalho.

Homem, afegão



Soluções propostas pela comunidade

1. Simplificar os processos de emissão de visto e reduzir barreiras burocráticas.
2. Melhorar o acesso à informação e orientação (digital e off-line), usando linguagem mais compreensível.
3. Oferecer sessões informativas presenciais onde as pessoas refugiadas possam tirar dúvidas.
4. Treinar funcionários consulares no atendimento ao cliente e implementar uma supervisão eficaz destas pessoas.
5. Permitir a solicitação de vistos humanitários e de reunificação familiar sem a necessidade de um passaporte.
6. Opção de obter um passaporte por meio da Polícia Federal.
7. Apoiar as pessoas refugiadas a reportar sobre golpes e abusos. Investigar e sancionar este tipo de incidentes.
8. Financiamento de parte das passagens.

Principais desafios relatados

1. Falta de informação sobre os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e como acessá-los.
2. Demora nos atendimentos de saúde, inclusive para doenças crônicas.
3. Falta de medicamentos nos postos de saúde e atendimento especializado limitado no sistema.
4. Falta de suporte para saúde mental afetada por traumas vinculados à experiência do deslocamento forçado, mas também aos desafios enfrentados na integração ao Brasil.
5. Dificuldade de comunicação com os profissionais de saúde, por conta das barreiras do idioma.
6. Choques culturais na definição de tratamentos, desconfiança em relação aos tratamentos proposto no Brasil e aos programas de vacinação.



Soluções propostas pela comunidade

1. Acesso à informação: maior orientação e esclarecimento sobre acesso de refugiados aos serviços de saúde.
2. Disponibilidade de profissionais de saúde com proficiência em outros idiomas em centros estratégicos de saúde pública.
3. Intérpretes comunitários em postos de saúde para atender populações indígenas em consultas médicas.
4. Criação de grupos de apoio para saúde mental (MHPSS).
5. Sessões informativas sobre acesso a serviços de saúde mental no Brasil.
6. Disponibilização de psicólogos em abrigos.
7. Melhorar a articulação com CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) para prestação de apoio em serviços/ centros de proteção chave.

Análise de Idade, Gênero e Diversidade

Dentro das análises de Idade, Gênero e Diversidade, destacamos seis grupos principais: jovens de até 17 anos, mulheres e meninas, população indígena, pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas LGBTQIA+.

JOVENS: INTEGRAÇÃO, BULLYING E SAÚDE MENTAL



Temáticas prioritárias destacadas:

Educação; Participação Comunitária e Coexistência Pacífica

Principais desafios relatados

1. Sentimento de falta de integração no Brasil.
2. Disparidade de oportunidades em relação aos brasileiros.
3. Xenofobia e bullying.
4. Falta de atenção à saúde mental dos jovens.
5. Falta de participação na tomada de decisões.
6. Falta de acesso a atividades esportivas.
7. Cooptação de adolescentes para atividades ilegais.

Meu filho fala que na escola os companheiros dizem que a Venezuela é um lixo, que estavam morrendo de fome. Não queriam ir à escola por causa disso.

Mulher, mãe, venezuelana

Saúde mental para os haitianos é besteira, os adultos não levam isso a sério. Pra gente, não tem o que fazer. Quando eu vou falar com minha mãe, ela acha que é frescura e meus irmãos minimizam, às vezes eu fico no quarto e converso sozinha.

Menina, haitiana

Jovens sofrem de ansiedade e depressão

Menina, haitiana

Soluções propostas pela comunidade

1. Implementar programas de combate a xenofobia e ao bullying dentro e fora das escolas.
2. Para saúde mental, alocação de atendimento psicológico na escola e criação de grupos de apoio para jovens.
3. Fornecer oportunidades de desenvolvimento dos adolescentes, inclusão digital e atividades de esporte.



MULHERES E MENINAS: DESIGUALDADE DE GÊNERO



Temáticas prioritárias destacadas:

Violência e desigualdade de gênero;
Acesso a emprego e renda

Principais desafios relatados

1. Alta taxa de desemprego entre mulheres.
2. Sobrecarga nos cuidados doméstico e familiares.
3. Falta de oportunidade laboral por não ter apoio no cuidado dos filhos.
4. Desvantagens no acesso à educação para meninas devido aos papéis marcados de gênero nas culturas.
5. Exposição a violência sexual e violência baseada em gênero.
6. Julgamentos e falta de acolhimento das comunidades em caso de denúncia de violências.

Tenho um filho que sai às 12h da escola, a outra às 2h e a outra às 4h, não tem como trabalhar, tenho que estar o dia todo na escola.

Mulheres, adultas, venezuelanos

Quando recebi uma opção de trabalhar pensei 'com quem vou deixar meus filhos?'

Mulheres, adultas, venezuelanos

Conheci alguém que sofreu abuso e contou para a mãe. Ela disse que não era nada. Não gostamos de falar, por vergonha

Menina, haitiana

O assédio [na escola] é o maior problema. Você não se sente seguro em lugar nenhum [nem dentro e nem fora da escola]

Menina, haitiana

Nós meninas passamos por muito mais riscos do que os meninos, sentimos mais medo principalmente porque a aula noturna finaliza quase onze horas da noite. Se um ônibus nos esperasse na porta, seria muito mais fácil a adaptação.

Menina, venezuelana, indígena



Soluções propostas pela comunidade

1. Fortalecer projetos direcionados a profissionais do sexo feminino.
2. Apoiar projetos de empreendedorismo e formação para mulheres empreendedoras.
3. Reforçar redes de apoio e creches comunitárias para permitir às mulheres de encontrar um emprego.
4. Trabalhar a conscientização das comunidades e das famílias sobre desigualdade de gênero.



POPULAÇÃO INDÍGENA*: DESAFIOS DE INTEGRAÇÃO NO ACESSO À MORADIA



Temáticas prioritárias destacadas:

Moradia, Água, Saneamento e Higiene; Educação

*Durante o processo de consulta junto à população de indígenas refugiados, participaram 63 indígenas, pertencentes às etnias Warao (43 pessoas), Kariña (8 pessoas), Wayuu (1 pessoa) e Tikuna (10 pessoas). As três primeiras etnias deslocaram-se da Venezuela em direção ao Brasil, enquanto os Tikuna vieram da Colômbia.

Principais desafios relatados

1. Permanências prolongadas em abrigos emergenciais.
2. Falta de recursos econômicos suficientes para o pagamento de aluguel.
3. Moradia precárias em áreas periféricas, frequentemente em condições insalubres e expostas ao crime organizado e ordens de despejo.
4. Falta de acesso a água potável, energia elétrica e saneamento nas habitações
5. Falta de acesso à documentação e benefícios sociais.
6. Falta de acesso à educação multicultural, onde as crianças e os jovens indígenas possam frequentar o sistema de ensino brasileiro, ao mesmo tempo continuando a reproduzir sua cultura e sua língua.
7. Falta de oportunidade de trabalho para todos, informalidade e instabilidade da renda (diárias e venda de artesanato).
8. Falta de acesso à informação sobre incentivos financeiros e/ou microcrédito para empreender.



Para melhorar a comunidade e as condições de moradia, ter trabalho e renda seria importante

Homem, indígena, venezuelano

Caso eu fosse ajudado (chefe da comunidade), buscaria por exemplo créditos bancários e outras possibilidades de financiamentos para pessoas indígenas, para que a comunidade possa começar a construir suas próprias residências fora do abrigo. Ele não é para sempre.

Homem, adulto, venezuelano

Soluções propostas pela comunidade

1. Implementação de projetos de meios de vida e saída dos abrigos indígenas.
2. Políticas públicas de acesso a moradias e melhora das condições habitacionais.
3. Contar com o apoio das instituições para garantir o acesso à informação e documentação.
4. Mutirão para cadastro nos benefícios socioassistenciais.
5. Adaptação cultural nas escolas e desenvolvimento de projetos multiculturais de acolhimento.

IDOSOS: INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, DISCRIMINAÇÃO E SAÚDE MENTAL



Temáticas prioritárias destacadas:

Saúde; Apoio econômico e assistência social

Principais desafios relatados

1. Condição de dependência de outros familiares para subsistência, que dificulta o acesso a moradia própria e outros serviços.
2. Preconceito da sociedade sobre suas capacidades e habilidades, que dificulta a inserção no mercado de trabalho.
3. Necessidades de saúde, incluindo a saúde mental, agravadas pela experiência de deslocamento forçado.



Somos rechaçados por conta da nossa idade, principalmente para encontrar emprego. Não confiam em nossa vitalidade

Homem, idoso, venezuelano

Sentimos como se não tivéssemos força, como se tivéssemos 120 anos, mas sinto como se tivesse 18 anos para trabalhar

Homem, idoso, venezuelano

Soluções propostas pela comunidade

1. Programas de apoio para inserção de idosos no mercado de trabalho.
2. Oportunidade de cursos técnicos voltados para idosos.
3. Insumos para montarem os próprios negócios.
4. Cursos de curta duração nos finais de semana, abrangendo o ensino da língua portuguesa e outros tópicos de interesse.
5. Apoio do governo através de benefícios sociais e acesso a serviços de saúde mental.

PESSOAS LGBTQIA+: DISCRIMINAÇÃO, BARREIRA LINGUÍSTICA, EXPLORAÇÃO SEXUAL E LABORAL



Temáticas prioritárias destacadas:

Violência e discriminação;
Acesso a emprego e renda

Principais desafios relatados

1. Discriminação por orientação sexual e identidade de gênero que dificultam o acesso à educação e ao mercado de trabalho formal.
2. Exploração laboral e sexo por sobrevivência, como única opção de meios de vida.



Soluções propostas pela comunidade

1. Atividades sobre diversidade e contra xenofobia.
2. Fortalecer rede entre as pessoas refugiadas e migrantes.
3. Atividades culturais e empoderamento das comunidades LGBTQIA+.
4. Cursos intermediários/avançados para trabalhar.
5. Sensibilizar o setor privado a oferecer vagas específicas para pessoas refugiadas LGBTQIA+.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: TRATAMENTO DE SAÚDE E ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO

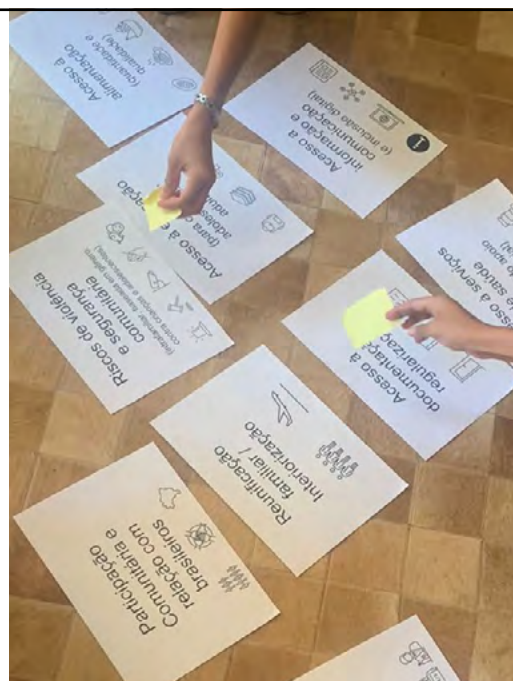


Temáticas prioritárias destacadas:

Saúde; Acesso a emprego e renda

Principais desafios relatados

1. Falta de preparo e logística nas instalações para a recepção de pessoas com deficiência, que carecem de equipamentos de mobilidades como cadeiras de rodas e muletas.
2. Dificuldades de mobilidade dentro dos abrigos, especialmente na área dos banheiros.
3. Alimentos nos abrigos não são adequados para pessoas com necessidades específicas de nutrição.
4. Deterioração da saúde mental de pessoas com deficiência que vivem nos abrigos e dificuldade de acessar tratamentos psicológicos e/ou psiquiátricos.
5. Preconceito contra pessoas com deficiência dificultam o acesso ao mercado do trabalho.



Existem pouquíssimas cadeiras de rodas disponíveis no BV8, praticamente três para duas mil pessoas que acessam o espaço, o que claramente não é o suficiente...Isso compromete muito a vida e adaptabilidade não só da PCD, mas da família como um todo. Isso afeta a inclusão em todas as atividades e vida na sociedade de acolhida

Homem, PCD, venezuelano

Não conseguimos comer aquela marmitta inapropriada para nossa digestão, assim, as pessoas que possuem disponibilidade investem recursos próprios em alimentos providos pelo comércio da cidade. As que não possuem, a grande maioria, acaba ficando sem fazer alguma refeição daquele dia.

Homem, PCD, venezuelano

Soluções propostas pela comunidade

1. Prioridade do grupo com necessidades específicas para abrigo emergencial.
2. Prioridade nos processos de interiorização de PCDs.
3. Melhorar a acessibilidade dos abrigos, disponibilizando mais cadeiras de roda e outros equipamentos de mobilidade.
4. Capacitação das equipes sobre atendimento à pessoa com deficiência.
5. Mapeamento das necessidades específicas de nutrição e coordenação com equipes de nutrição para melhor adequar as refeições a essas necessidades.
6. Informação sobre direitos da pessoa com deficiência e sensibilização de empresas brasileiras para a contratação de PCDs.

Análise por nacionalidade

HAITIANOS



Temáticas prioritárias destacadas:

Unidade Familiar;
Integração Local

Principais desafios relatados

1. Planos de reunificação familiar frustrados por dificuldade de acesso aos vistos, altos custos das viagens, além de riscos de golpes perpetrados por transportes clandestinos.
2. Obstáculos de acesso ao mercado de trabalho e sistema de educação, agravado por casos de racismo e discriminação.
3. Necessidade de envio de remessas para ajudar as famílias que ficaram para trás no Haiti, mesmo enfrentando desafios econômicos no Brasil.
4. Dificuldade de acesso a naturalização pela incapacidade de reunir os documentos do país de origem solicitados e falta de informação sobre o processo.
5. Falta de perspectivas de integração local no norte do Brasil faz que os refugiados haitianos desejem buscar oportunidades de emprego nas regiões sul/sudeste do Brasil, bem como em terceiros países, como Canadá e Estado Unidos.

Soluções propostas pela comunidade

1. Aprimorar o processo de emissão de vistos para reunificação familiar na Embaixada Brasileira de Porto Príncipe.
2. Maiores esforços da Polícia Federal na prevenção e combate ao tráfico humano, exploração e golpes.
3. Fortalecimento de oportunidades no mercado formal de trabalho para pessoas Haitianas.
4. Atividades formativas para aumentar as chances de emprego formal.
5. Sessões e materiais informativos em crioulo sobre direitos, documentação, renda e benefícios sociais.





AFEGÃOS



Temáticas prioritárias destacadas:

Acesso a emprego e renda;
Unidade Familiar

Principais desafios relatados

1. Dificuldade de acesso aos vistos humanitários pela falta de informação e de acesso às embaixadas brasileiras.
2. Altos custos das viagens e despesas para se manter em países vizinhos ao Afeganistão (como Paquistão e Irã) durante a espera dos vistos por motivos humanitários.
3. Processos de reunificação familiar dificultados pelo desconhecimento sobre os procedimentos por parte da população afegã, pela demora das autoridades na avaliação dos pedidos e pela falta de reconhecimento da poligamia no Brasil.
4. Desafios no acesso a emprego, seja pelas barreiras dos idiomas ou pela dificuldade de revalidação de diplomas, dificultam a perspectiva de autonomia financeira das famílias no Brasil.
5. Parte da população deseja se deslocar a terceiros países onde contam com redes familiares e de apoio, tais como Estados Unidos, Canadá e Alemanha. Por outro lado, parte do grupo consultado afirma estar satisfeito com a recepção no Brasil e tem a intenção de se instalar permanentemente no país.

Soluções propostas pela comunidade

1. Apoio na compra das passagens para o Brasil por parte de organizações internacionais e da sociedade civil.
2. Materiais informativos sobre o processo de reunificação familiar, com linguagem compreensível e culturalmente sensível.
3. Criação de equipes especializadas na temática de "Reunificação familiar" nas redes de proteção local para que possam brindar assistência nesta área.
4. Cursos de português com grade curricular extensa e culturalmente adaptado aos refugiados afegãos.
5. Cursos profissionalizantes desenhados para as especificidades da população afegã.

Como perspectiva de futuro, não manifestaram a ideia do retorno ao país de origem, mesmo que as condições melhorassem. Parte das famílias estão seguindo a rota para outros países, inclusive com um grupo de mulheres que os maridos já estão em terceiros países e esperam a reunificação familiar, na Alemanha, Estados Unidos e Canadá. Por outro lado, parte do grupo consultado afirma estar satisfeito com a recepção no Brasil e ter a intenção de se instalar permanentemente no país.



COLOMBIANOS, CUBANOS E VENEZUELANOS



Temáticas prioritárias destacadas:

Moradia; Acesso a emprego e renda

Principais desafios relatados

1. Dificuldades com moradia, acesso a água, saneamento e higiene, as quais os deixa em uma situação de maior vulnerabilidade.
2. Falta de acesso a programas de assistência social e ao mercado de trabalho formal em consequência da discriminação, xenofobia e dificuldades no acesso à informação.
3. Desafios enfrentados pelas crianças e adolescentes nas escolas pela ausência de uma educação com sensibilidade intercultural, mas também pelo enftretamento da xenofobia e bullying no ambiente escolar.
4. Intensão de permanecer no Brasil, apesar das dificuldades mencionadas.



Soluções propostas pela comunidade

1. Participação em programas de moradia e apoio do poder público na melhoria das condições gerais dos bairros.
2. Mais orientação sobre a política da assistência social no Brasil Escolas com ensino intercultural, com campanhas de combate a xenofobia e bullying no contexto escolar.



Como perspectiva de futuro, este grupo que envolve refugiados hispano falantes de diferentes países, manifestou a intensão de permanecer no Brasil, apesar das dificuldades mencionadas em termos de educação e acesso ao mercado de trabalho.

Conclusão

Barreiras linguísticas, bem como o desconhecimento sobre marcos legais, procedimentos, e funcionamento da rede de serviços públicos, dificultam o acesso das pessoas refugiadas a informação e direitos. Isto é visível em todas as áreas, incluindo o sistema de educação primária e secundária, o Sistema Único de Saúde (SUS), a rede Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entre outros. É importante melhorar os canais de comunicação e informação para as pessoas refugiadas, para que estejam disponíveis em diferentes idiomas e que utilizem linguagem simples e acessível.

Além disso, opções limitadas para acesso a meios de vida e renda levam pessoas refugiadas a sobreviverem com recursos escassos e enfrentarem desafios de integração efetiva. Esta situação limita o acesso das pessoas a direitos e serviços, incluindo uma moradia digna e uma alimentação adequada, além da compra de materiais escolares ou medicamentos, por exemplo.

A falta de recursos econômicos agrava os problemas de saúde mental causados pela experiência de deslocamento forçado e expõe estas pessoas a uma série de riscos, como a moradia em comunidades marginais controlada pelo crime organizado, a exploração laboral, o sexo por sobrevivência (particularmente para pessoas LGBTQIA+), as viagens com coites para a reunificação familiar etc. Para enfrentar estas situações é preciso apoiar a inserção dos refugiados no mercado de trabalho formal, estimular seu empreendedorismo, além de apoiar eles a revalidarem seus diplomas e encontrar oportunidade laborais em suas áreas de experiência.

Barreiras adicionais são representadas pela discriminação e a xenofobia, com agravantes de casos de racismo entre as populações negras. Além disso, também se percebe uma falta de conhecimento e preparação por parte de funcionários públicos, prestadores de serviços e os mesmos atores engajados nas respostas humanitárias sobre atendimento as necessidades de populações deslocadas, principalmente quando envolve necessidades específicas, como pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIA+, idosos, etc. O compartilhamento de informações sobre direitos de pessoas refugiadas, com capacitações de profissionais, são ações necessárias para combater as barreiras citadas. Além disso, o engajamento comunitário em atividades e projetos que envolvam a promoção de coexistência pacífica entre refugiados e a comunidade de acolhida brasileira é um caminho para enfrentar os desafios citados.

Considerando todos os desafios mencionados pelos refugiados, observamos uma população que não se sente plenamente integrada, o que os leva a traçar novas estratégias para alcançar seus objetivos. Essas estratégias envolvem perspectivas de movimentos dentro do Brasil, mas também contemplam a possibilidade de se deslocarem para outros países como uma alternativa.



UNHCR
ACNUR

Agência da ONU para Refugiados